



MAIS DE 30 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR

Concurso Público

Programa de Procedimento

Aquisição de Máquina de Bi-injeção e Co-injeção de Termoplástico

Data: Maio de 2023

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

1. TIPO DE PROCEDIMENTO

Concurso público ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, devidamente atualizado.

1.1 Identificação do concurso

Concurso público n.º 2023 CPub 06 UMEC, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.

1.2 Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o “INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial”, de agora em diante designado por INEGI, titular do NIPC n.º 501 814 957, com sede na rua Dr. Roberto Frias, n.º 400, 4200-465, freguesia de Paranhos, concelho do Porto e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

– Rua Dr. Roberto Frias, n.º 400, 4200-465, freguesia de Paranhos, concelho do Porto

– Telefone: +351 22 957 87 10

– Fax: +351 22 95 37 352

– Correio eletrónico: inegi@inegi.up.pt

– Plataforma eletrónica de contratação pública: <https://www.acingov.pt>

1.3 Órgão que tomou a decisão de contratar

A deliberação de contratar foi tomada pela Comissão Executiva na reunião de 22.05.2023, sujeita a ratificação na reunião do Conselho de Administração seguinte.

1.4 Órgão competente para prestar esclarecimentos

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

1.5 Documentos de habilitação

Nos termos do artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP (Anexo II ao presente convite);
- b) Cópias dos documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do, n.º 1, do artigo 55.º do CCP.

Concurso Público

Aquisição de Máquina de Bi-injeção e Co-injeção de Termoplástico

© INEGI todos os direitos reservados

Os documentos de habilitação do adjudicatário podem ser redigidos em língua portuguesa, espanhol ou em inglês, sem necessidade de tradução certificada;

Em caso de subcontratação, os documentos referidos no número anterior devem ser apresentados também pelos subcontratados.

Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

O adjudicatário fica dispensado de apresentação dos documentos previstos nas alíneas b), d), e) e h), do nro. 1, do artigo 55º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

1.6 Prazo de apresentação dos documentos de habilitação

Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser obrigatoriamente apresentados no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, sob pena de não o sendo, nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP, a adjudicação caducar.

Serão concedidos 5 (cinco) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP, contados após notificação do adjudicatário, da resposta que defira a pronúncia em sede de audiência prévia, nos termos do nº 2 do referido artigo.

1.7 Proposta e documentos da proposta

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter> , de acordo com o Anexo I do presente programa;
- b) Cópia da certidão permanente atualizada ou código de acesso ou registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções ou que seja facultado o código de acesso para consulta online;
- c) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente o preço, prazo de garantia e prazo de entrega;
- d) Documento, de carácter vinculativo, onde constem as características técnicas detalhadas do equipamento a fornecer, para efeitos de avaliação da conformidade com o Caderno de Encargos.
- e) Outros documentos que o concorrente apresente ao abrigo do art. 57º, n.º 3, do CCP.

1.7.1 O preço global da proposta deve ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA;

1.8 Assinaturas

Nos termos do nº 4 do artigo 57º do CCP, a declaração referida na alínea a) do número anterior, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica têm de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, **sob pena de exclusão da proposta**;

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

Todos os documentos deverão ser individualmente assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura das pastas em que os documentos estejam inseridos.

1.9 Agrupamento concorrente

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

1.10 Idioma

Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução certificada.

1.11 Propostas variantes

Não serão aceites propostas variantes.

1.12 Modo de apresentação das propostas

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

1.13 Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas até às **23h59m, do 30º dia** contado da data do envio do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

Concurso Público

Aquisição de Máquina de Bi-injeção e Co-injeção de Termoplástico

© INEGI todos os direitos reservados

1.14 Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

1.15 Critério de adjudicação e desempate

O critério que presidirá à adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator, nos termos do disposto no artigo 74º, n.º 1, al. a), tendo como base o modelo de avaliação constante no anexo III ao presente programa de procedimento e de acordo com seguinte fórmula de cálculo:

$$NF = 0,70 \times NP + 0,15 \times NG + 0,15 \times NE$$

NF – Nota final atribuída à proposta, arredondada às centésimas, considerando os fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação;

NP – Nota atribuída ao preço da proposta;

NG – Nota atribuída às características relativas à garantia do equipamento;

NE – Nota atribuída ao prazo de entrega.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será privilegiada a proposta que apresente o menor preço; Se ainda assim subsistir a situação de empate vence a proposta que apresentar o menor prazo de entrega.

1.16 Caução

Não é exigida prestação de caução mas, a fim de garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, nos termos do nº 3 do artigo 88º do CCP, poderá o INEGI, se o considerar conveniente, proceder à retenção até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Se tiver sido esse o caso, o valor retido a que se refere o número anterior é liberado nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

1.17 Possibilidade de adoção de um ajuste direto

Se no futuro vierem a ser necessários novos serviços que consistam na repetição de serviços similares ao do objeto do presente concurso, poderá ser adotado um ajuste direto para a sua aquisição, nos termos e condições do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 27º do CCP.

1.18 Preço anormalmente baixo

Considera-se que o preço de uma proposta é anormalmente baixo quando o seu valor é inferior ao preço médio das propostas a admitir e apresenta um desvio percentual superior a 20 % relativamente ao preço médio das propostas a admitir.

Para o cálculo do valor do desvio são consideradas duas casas decimais, sendo de excluir para o cálculo do preço médio das propostas a admitir, as não propostas (cf. art.º 56.º do CCP, pelo que, nos termos do artigo 53.º do CCP, não podem ser qualificados como concorrentes)

O preço base para o procedimento em causa foi determinado por consulta preliminar ao mercado. No procedimento em apreço considera-se necessária a fixação de um preço anormalmente baixo para evitar o risco de degradação da execução contratual motivada pela apresentação de preços inferiores aos respetivos custos, tendo em conta os riscos que comportam para a fase de execução contratual, em termos de incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato a celebrar (designadamente por não ser possível garantir uma qualidade técnica e tecnológica satisfatória), considerando os preços médios de mercado comumente praticados

2. CONTRATO RESERVADO

Não se trata de um contrato reservado, nos termos do disposto nos artigos 54º-A e 250º-D.

3. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

4. PREVALÊNCIA

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa do procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

6. ANEXOS

Anexo I – Modelo de declaração (Anexo I do CCP)

Anexo II – Modelo de declaração (Anexo II do CCP)

Anexo III – Modelo avaliação de propostas

ANEXO I

[Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº 1.10 do programa do procedimento]

(Artigo 57º, nº 6 do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, devidamente atualizado)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pelo INEGI, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

Modelo de declaração

(Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, devidamente atualizado)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

(modelo de avaliação de propostas)

1.ª METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

1. As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas, avaliadas e, em função disso, hierarquizadas por ordem decrescente de mérito, atenta a modalidade da melhor relação qualidade-preço.
2. Para efeitos de análise das propostas serão considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, sem prejuízo da possibilidade de serem solicitados esclarecimentos quando existam fundadas dúvidas sobre a legitimidade, interpretação ou veracidade dos mesmos.
3. O mérito das propostas será aferido em função dos seguintes fatores e subfactores de análise:

$$NF = 0,70 \times NP + 0,15 \times NG + 0,15 \times NE$$

NF – Nota final atribuída à proposta, arredondada às centésimas, considerando os fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação;

NP – Nota atribuída ao preço da proposta;

NG – Nota atribuída às características relativas à garantia do equipamento;

NE – Nota atribuída ao prazo de entrega.

2.ª Avaliação do fator preço

1. As propostas que foram admitidas serão classificadas com as notas NP de 3 a 5, de acordo com a seguinte expressão:

$$NP = 2 * \frac{P_B - P_P}{P_B - P_M} + 3$$

Em que:

NP – Nota atribuída ao preço da proposta;

P_P – Preço da proposta em avaliação;

P_B – Preço base do concurso (235 000€);

P_M – Preço mínimo admissível para uma qualquer proposta (20% abaixo da média das propostas rececionadas).

Resulta deste critério que:

Se $P_P = P_M$, então $N_P = 5$

Se $P_P = P_B$, então $N_P = 3$

Se $P_P > P_B$, então proposta é excluída do concurso

4.ª Avaliação dos fatores de garantia

1. **Fator garantia do equipamento (NG):** A componente garantia (NG) com uma contribuição de 15% no cálculo da nota final (NF), tem em conta o período obrigatório mínimo contratual de 12 (doze) meses, isto é, para tempos de garantia inferior a doze meses, a proposta será excluída do processo de avaliação.

2. A nota atribuída ao fator NG resulta então da aplicação da pontuação constante do quadro seguinte:

Garantia técnica proposta (peças e mão de obra)	Pontuação NG
Garantia superior a 24 meses	5
Garantia superior a 18 meses até 24 meses <i>inclusive</i>	4
Garantia superior a 12 meses até 18 meses <i>inclusive</i>	3
Garantia de 12 meses (garantia obrigatória)	1

5.ª Avaliação dos fatores de prazo de entrega

1. **Fator prazo de entrega (NE):** A componente referente ao prazo de entrega (NE) com uma

contribuição de 15 % no cálculo da nota final (NF), tem em conta um período máximo contratual de 6 meses, isto é, para prazos de entrega superiores a 6 meses, a proposta será excluída do processo de avaliação.

2. O valor do fator **NE** resulta então da aplicação da pontuação constante do quadro seguinte:

Prazo de entrega proposto (meses)	Pontuação NE
≤ 3	5
$> 3 \text{ e } \leq 4$	4
$> 4 \text{ e } \leq 5$	3
$> 5 \text{ e } \leq 6$	1

MAIS DE 30 ANOS
A CONVERTER
CONHECIMENTO
EM VALOR

**INEGI - Instituto de Ciência e Inovação
em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial**

Campus da FEUP | Rua Dr. Roberto Frias, 400 | 4200-465 Porto | PORTUGAL

T. +351 22 957 87 10 | F. +351 22 953 73 52 | inegi@inegi.up.pt

www.inegi.up.pt

